

Parques nacionais são mal protegidos

Pesquisa do Fundo Mundial para a Natureza comprova que de 86 áreas de preservação, apenas sete são devidamente conservadas

Anamaria Rossi
 Da equipe do Correio

Responsável por algo entre 10% e 20% das espécies animais e vegetais do planeta, o país é o campeão em variedade de macacos, papagaios, peixes de água-doce, vertebrados terrestres e plantas — a flora brasileira representa 22% da mundial. Mas toda essa riqueza está ameaçada pela precariedade das ações de preservação.

Em levantamento feito em 86 das 91 Unidades de Conservação (UCs) de uso indireto, onde não é permitida a exploração de recursos naturais, o Fundo Mundial para a Natureza (WWF), organização não governamental voltada para a defesa do meio ambiente, constatou que apenas sete dessas áreas cumprem — razoavelmente — seu papel de conservação da natureza. Há 32 áreas atendendo apenas parcialmente os requisitos mínimos necessários e outras 47 em situação precária ou praticamente inexistentes.

No relatório *Áreas protegidas ou espaços ameaçados?*, o WWF afirma que não há qualquer parque nacional brasileiro — nem mesmo o de Itatiaia, criado há mais de 60 anos — plenamente implementado. Além de ter apenas 1,85% de seu território protegido, quando a média mundial é de 6%, o Brasil não protege efetivamente suas áreas ambientais. Segundo o WWF, se for considerada apenas a área de fato protegida, e não a que está no papel, o Brasil só preserva 0,4% de seu território. Bem perto de nós, a Venezuela protege 22% de seu território; a Colômbia, 7,9%; a Bolívia, 3,9%.

Os dados foram obtidos por meio de entrevistas com os diretores das unidades de conservação — cinco delas foram excluídas do estudo por terem sido criadas há menos de seis anos. A análise levou em conta duas variáveis que, combinadas, dão a medida do grau de risco a que está exposta cada área: implementação (infra-estrutura, planejamento, pessoal, equipamentos, situação fundiária, recursos financeiros) e vulnerabilidade (grau de exposição a pressões externas e internas).

ALTO RISCO

Nada menos que três quartos dos parques e reservas nacionais estão ameaçados devido a combinação de

baixa implementação com alta vulnerabilidade. Há 20 unidades de conservação em situação de risco extremo, entre elas a Reserva Ecológica de Sauim-Castanheira, perto de Manaus (AM), e os parques nacionais Chapada Diamantina (BA) e Chapada dos Guimarães (MT).

O Parque Nacional de Brasília, ameaçado pela ocupação urbana desordenada em seu entorno (a invasão da Estrutural), é uma das 17 áreas consideradas de alto risco pelo WWF. Há ainda 27 unidades em situação de risco médio, entre elas as reservas de Jutaf-Solimões (AM). Só sete áreas apresentam risco normal — entre elas, o Parque Nacional da Chapada dos Veadeiros (GO).

Um dos principais problemas detectados pelo levantamento foi a ausência do Plano de Manejo (obrigatório para o planejamento das atividades nos parques). A falta de pessoal para proteger as áreas também é gritante: 73% das unidades têm menos da metade do número ideal de empregados. O Parque Nacional do Jaú (AM), o maior do Brasil, tem apenas cinco funcionários para fiscalizar 22,7 mil km quadrados.

DESIGUALDADES

Além de deficiente, a proteção dessas áreas ocorre de forma desigual. A Amazônia tem 26 unidades de conservação e 3,2% de sua área protegida. Já o cerrado tem apenas nove unidades, que protegem 0,6% de seu território. A Mata Atlântica, com 37 áreas, tem apenas 1,1% do território coberto por reservas. Na caatinga, embora haja 11 unidades, apenas 0,4% da área está protegida. O Pantanal tem apenas três unidades de conservação, que cobrem 1,3% de seu território.

A aprovação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, cujo projeto tramita no Congresso desde 1992, é uma questão emergencial, segundo o diretor do WWF Garo Batmanian. "Este sistema é falho por falta de ações integradas: há unidades que se sobrepõe (na execução das mesmas tarefas)", diz.

Batmanian não chega a ser contrário à idéia de terceirizar a preservação dos parques nacionais. Mas prefere defender a administração pelo Instituto do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em parceria com organizações não-governamentais.

Nehil Hamilton 1.10.98



Parque Nacional de Brasília: além dos incêndios constantes, é também ameaçado pela ocupação urbana desordenada

ANÁLISE DA NOTÍCIA

SEM PREOCUPAÇÃO COM O FUTURO

Há muito a preservação do meio ambiente deixou de ser assunto de ecochatos — desde que uma parcela maior da humanidade começou a sentir na pele os efeitos provocados pela degradação ambiental e pelo esgotamento dos recursos naturais.

Não que essa parcela seja suficientemente grande a ponto de o assunto ter se tornado uma prioridade nas políticas públicas, sobretudo no Brasil. Mas há, sem dúvida, um número cada vez maior de habitantes do planeta preocupados com a vida das gerações futuras sem água, sem oxigênio, sem verde e sem as belezas naturais.

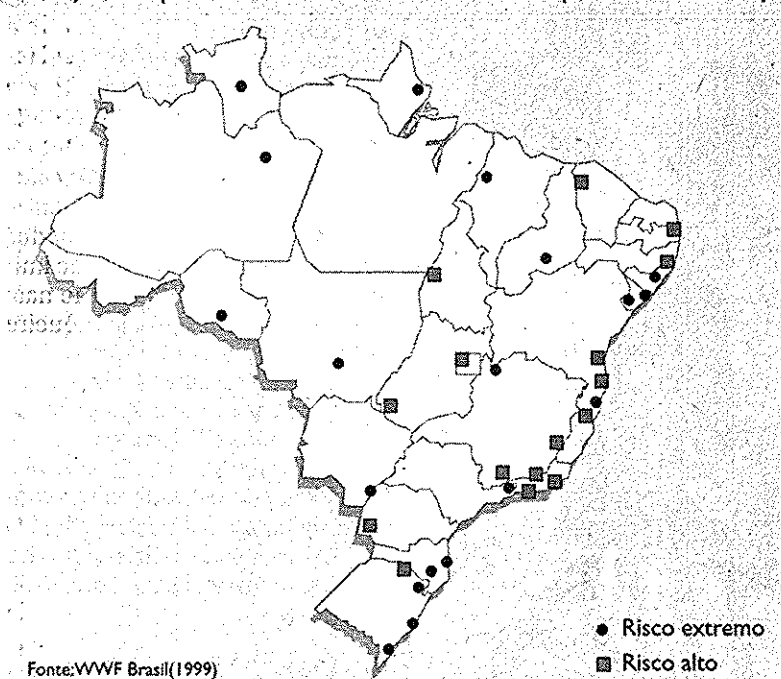
O Brasil possui uma das mais rígidas legislações ambientais do planeta, mas enfrenta a ridícula situação de ter uma das mais baixas taxas de proteção da natureza. Há sete anos tramita no Congresso Nacional, sem nenhuma pressa, um projeto que visa organizar a desgastante e inútil sobreposição de parques e reservas. Se a Bolívia, massacrada pela pobreza, pode cuidar de 3,9% de seu território, quem é o Brasil, sócio majoritário da Floresta Amazônica, para se dar ao luxo de proteger apenas 1,85% da sua área e deixar a grande maioria das unidades de conservação entregues às moscas?

Proteger a natureza não é apenas uma questão de Estado. Mas deveria ser. Um governo que não investe em preservação ambiental jamais terá um povo ecologicamente educado. Um povo que possa compreender o significado de se gastar o que for preciso para manter seu país em condições habitáveis; e que saiba participar da gestão dos recursos naturais.

Mas isso pode demorar a acontecer no Brasil. Porque, no Orçamento Geral da União, o meio ambiente foi uma das primeiras áreas atingidas pelos cortes. Porque continua sendo tratado como assunto de ecochatos. (AR)

CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Avaliação, feita pelo WWF, das áreas mais vulneráveis ao processo de devastação



Fonte: WWF Brasil (1999)

PRINCIPAIS PROBLEMAS POR REGIÃO

SUL	SUDESTE	NORTE	CENTRO-OESTE	NORDESTE
<ul style="list-style-type: none"> ■ Nenhuma das 13 unidades possui plano de manejo (do solo) ■ 62% têm menos da metade dos empregados de que precisa ■ 69% têm uso incompatível com a finalidade ■ 46% têm menos da metade dos recursos necessários ■ 38% têm menos da metade do perímetro demarcado ■ 31% têm menos de 50% da área regularizada ■ 31% têm infra-estrutura inadequada ■ 15% não possuem equipamentos ou material de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 72% das 18 unidades possuem plano de manejo com mais de 10 anos ■ 67% têm menos da metade dos empregados de que precisa ■ 44% têm uso incompatível com a finalidade ■ 44% têm menos da metade dos recursos necessários ■ 17% têm menos da metade do perímetro demarcado ■ 33% têm menos de 50% da área regularizada ■ 22% têm infra-estrutura inadequada ■ 11% não possuem equipamentos ou material de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 81% das 26 unidades possuem plano de manejo com mais de 10 anos ■ 96% têm menos da metade dos empregados de que precisa ■ 69% têm uso incompatível com a finalidade ■ 35% têm menos da metade dos recursos necessários ■ 58% têm menos da metade do perímetro demarcado ■ 38% têm menos de 50% da área regularizada ■ 50% têm infra-estrutura inadequada ■ 35% não possuem equipamentos ou material de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> ■ Nenhuma das 8 unidades possui plano de manejo ■ 75% têm menos da metade dos empregados de que precisa ■ 63% têm uso incompatível com a finalidade ■ 38% têm menos da metade dos recursos necessários ■ 13% têm menos da metade do perímetro demarcado ■ 13% têm infra-estrutura inadequada ■ 13% não possuem equipamentos ou material de consumo 	<ul style="list-style-type: none"> ■ 86% das 21 unidades possuem plano de manejo com mais de 10 anos ■ 67% têm menos da metade dos empregados de que precisa ■ 67% têm uso incompatível com a finalidade ■ 62% têm menos da metade dos recursos necessários ■ 43% têm menos da metade do perímetro demarcado ■ 29% têm menos de 50% da área regularizada ■ 24% têm infra-estrutura inadequada ■ 10% não possuem equipamentos ou material de consumo